

FÁTIMA GOMES

# MANUAL DE DIREITO COMERCIAL

2.<sup>a</sup> edição

UNIVERSIDADE CATÓLICA EDITORA  
LISBOA 2017

## NOTA PRÉVIA À 2.<sup>a</sup> EDIÇÃO

Na presente edição mantêm-se os objetivos definidos para a realização de um Manual.

A reforma legislativa permanente tornou premente a atualização da edição de 2012, porquanto mais das temáticas abordadas tiveram modificações significativas, que importava considerar.

Aproveita-se esta edição para chamar a atenção dos alunos que esta obra não se destina a ser elemento único do estudo e acompanhamento das aulas, mas apenas uma base de aproximação ao estudo, o qual terá de ser complementado com a utilização de bibliografia de cariz mais detalhado, sob pena de não serem atingidos os objetivos propostos. Para o efeito, os alunos dispõem de muitas e boas obras para esse seu trabalho de aprofundamento e consolidação, cuja leitura e análise vivamente recomendamos.

A revisão da edição foi concluída em finais de junho de 2017, estando ainda por ser aprovadas alterações legislativas que foram já anunciadas, e que por não se conhecerem os termos finais das mesmas não são aqui contempladas.

Uma palavra de especial agradecimento é devida ao Prof. Dr. EVARISTO MENDES pela prontidão com que se disponibilizou para reler e contribuir para a versão final do texto correspondente aos títulos de crédito. Ainda assim, qualquer incorreção detetada é-nos inteiramente devida.

Lisboa, junho de 2017

# ÍNDICE

Nota Prévia

Abreviaturas

## PARTE I

### QUESTÕES INTRODUTÓRIAS E TRANSVERSAIS

#### § I - INTRODUÇÃO AO DIREITO COMERCIAL

1. Surgimento e evolução histórica
2. Autonomia substancial *vs.* autonomia formal/autonomia didática
3. O comércio em sentido económico e em sentido jurídico e o âmbito do Direito Comercial
4. Direito Comercial como Direito da Empresa Comercial
5. Posição do legislador português (visão através das posições doutrinárias)
6. Posição adotada neste curso
7. Unificação do Direito Comercial com o Direito Civil

#### § II - FONTES DO DIREITO COMERCIAL

8. Fontes nacionais ou internas
  - 8.1. CRP
  - 8.2. Infra-constitucionais
    - 8.2.1. Lei
    - 8.2.2. Usos e costumes
    - 8.2.3. Jurisprudência
    - 8.2.4. Doutrina
9. Fontes Internacionais
10. Critérios de interpretação e integração de lacunas
11. Aplicação das leis no tempo e no espaço

#### § III - QUALIFICAÇÃO: ACTOS DE COMÉRCIO

12. Qualificação e âmbito do Direito Comercial
13. Atos de comércio e Teoria dos Atos de Comércio

#### § IV - QUALIFICAÇÃO: EMPRESA COMERCIAL COMO REALIDADE CENTRAL DO DIREITO COMERCIAL

14. Conceito de Empresa
15. Importância da noção de empresa comercial
16. Prevalência do exercício coletivo sob a forma de sociedade comercial

- 17. Atividades económicas comerciais de carácter empresarial
- 18. Empresa como bem jurídico
- 19. Teoria Jurídica da Empresa

#### **§ V - SUJEITOS DO DIREITO COMERCIAL: COMERCIANTE E EMPRESÁRIO MERCANTIL**

- 20. Pessoas ou entidades que podem ser qualificadas como tais
- 21. Requisitos para se adquirir a qualidade de comerciante
- 22. Estatuto típico do comerciante ou empresário
  - 22.1. Perspetiva activa
  - 22.2. Perspetiva passiva
    - 22.2.1. Obrigação de adotar firma
    - 22.2.2. Obrigação de ter escrituração mercantil
    - 22.2.3. Obrigação de prestar contas e dar balanço dos negócios
    - 22.2.4. Obrigação de realizar registo comercial
    - 22.2.5. Obrigação de apresentação à insolvência
    - 22.2.6. Sujeição ao regime do art.º 15.º - dívidas comerciais

#### **§ VI - REGIME COMUM DOS ACTOS DE COMÉRCIO E DAS ACTIVIDADES COMERCIAIS**

- 23. Forma e prova
  - 23.1. Princípio do consensualismo
  - 23.2. Princípio da livre admissibilidade de todos os meios probatórios
  - 23.3. Regras adicionais
  - 23.4. Regime do empréstimo e penhor mercantil
- 24. Conteúdo e efeitos
  - 24.1. Solidariedade
  - 24.2. Onerosidade
  - 24.3. Regime de prescrição de obrigações comerciais
  - 24.4. Jurisdição comercial

#### **§ VII - ESTRUTURAS JURÍDICAS DA EMPRESA**

- 25. Introdução
- 26. Empresa singular
- 27. Empresa coletiva
  - 27.1. Sociedade comercial
  - 27.2. Cooperativa
  - 27.3. ACE
  - 27.4. AEIE
  - 27.5. Empresa pública e do sector público
  - 27.6. Sociedade Anónima Europeia e Sociedade Privada Europeia
- 28. Empresa de grupo

### § VIII - COOPERAÇÃO EMPRESARIAL

- 29. Cooperação entre empresas sem criação de entidade personificada
  - 29.1. Consórcio
  - 29.2. Associação em Participação
- 30. Cooperação entre empresas com criação de entidade personificada
  - 30.1. Através da Sociedade
  - 30.2. Através ACE (remissão)
  - 30.3. Através AEIE (remissão)

### § IX - TRANSMISSÃO DA EMPRESA

- 31. Transmissão directa
  - 31.1. Trespasse da empresa
  - 31.2. Locação de empresa
  - 31.3. Outras formas
- 32. Transmissão indirecta
  - 32.1. *Share deal*
  - 32.2. Reestruturação da sociedade comercial
- 33. Transmissão da empresa em processo de insolvência
- 34. O regime da transmissão
  - 34.1. Trespasse
  - 34.2. Locação
  - 34.3. *Share deals*
- 35. Objeto da entrega
- 36. Obrigações e direitos das partes
- 37. Regras especiais de outros ramos
  - 37.1. Direito Fiscal
  - 37.2. Direito Laboral
  - 37.3. Direito Concorrencial

## PARTE II

### REGIMES COMERCIAIS COMPLEMENTARES

#### § I - TÍTULOS DE CRÉDITO

- 38. Introdução. Noção ampla e restrita de título de crédito
- 39. Noção. Características. Tipos
- 40. Ponto de ordem
- 41. Letra de Câmbio
  - 41.1. Generalidades
  - 41.2. Requisitos
  - 41.3. Negócios Jurídicos Cambiários
    - 41.3.1. Saque
    - 41.3.2. Aceite

- 41.3.3. Endosso 221
- 41.3.4. Circulação: normal e de regresso
  - 41.3.4.1. Circulação normal
  - 41.3.4.2. Circulação de regresso
- 41.3.5. Traços comuns ao saque e endosso: garantias legais de resultado
- 41.4. Vicissitudes das Obrigações Cambiárias
  - 41.4.1. Regime do art.º 16.º
  - 41.4.2. Regime do art.º 40.º, III
  - 41.4.3. Outras tutelas cambiárias
- 41.5. Prescrição
- 41.6. Aval
  - 41.6.1. Como garantia voluntária
  - 41.6.2. (Des)necessidade de protesto para demandar avalista do aceitante
  - 41.6.3. Princípio da independência do aval
  - 41.6.4. Prescrição da obrigação do avalista
  - 41.6.5. Aval presumido e aval real falta aqui um título
- 42. Livrança
  - 42.1. Noção
  - 42.2. Regime
- 43. O Cheque
  - 43.1. Noção
  - 43.2. Regime
- 44. Outros títulos de crédito. Remissão

## § II - VALORES MOBILIÁRIOS

- 45. Caracterização geral. Principais espécies. Função socioeconómica
- 46. Títulos de crédito e valores mobiliários
- 47. Regime dos valores mobiliários titulados
  - 47.1. Títulos ao portador (proibição)
  - 47.2. Títulos nominativos
- 48. Valores mobiliários escriturais
- 49. Regime dos valores mobiliários e equiparados a escriturais
- 50. Particularidades do regime “geral” dos valores mobiliários

## § III - SINAIS DISTINTIVOS DO COMÉRCIO E DIREITOS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL RELATIVOS À EMPRESA

- 51. Noções introdutórias
  - 51.1. Modo de operar da proteção do DPI e âmbito da proteção
  - 51.2. Proteção da função identificadora/individualizadora/publicitária
  - 51.3. Proteção que visa fomentar o progresso técnico

- 51.4. Tipologia dos direitos conferidos (regra)
- 52. Concorrência desleal

#### **§ IV - DIREITO DA CONCORRÊNCIA**

- 53. Introdução
- 54. Lei de Defesa da Concorrência (LDC)
  - 54.1. Comportamentos Proibidos
    - 54.1.1. Acordos, decisões e práticas concertadas restritivas da concorrência
    - 54.1.2. Abusos de posição dominante
    - 54.1.3. Abuso de dependência económica
  - 54.2. Controlo prévio das concentrações económicas
  - 54.3. Auxílios Públicos
- 55. Direito Europeu da Concorrência

#### **§ V - CONTRATOS COMERCIAIS**

(matéria a versar em aulas práticas)

Bibliografia